

# SPEA: Metade de Portugal pode vir a ser deserto

18 de Dezembro, 2018

O “Relatório Especial – Combater a desertificação na UE: uma ameaça crescente que exige mais ação” refere que mais de metade de Portugal continental corre o risco extremo de desertificação, mas a resposta a este risco “não está a ser eficaz e eficiente”, considera o Tribunal de Contas Europeu. No mesmo relatório para o Parlamento Europeu, o Tribunal de Contas aponta os efeitos nefastos da agricultura intensiva e da insistência em políticas desajustadas para o país como a insistência no regadio num país onde a água vai ser cada vez mais escassa.

Portugal foi um de 8 países membros da União Europeia visitados por uma auditoria do Tribunal de Contas Europeu para avaliar a resposta da UE ao risco crescente de degradação e desertificação dos solos. A conclusão foi: “embora a desertificação e a degradação dos solos representem uma ameaça crescente, as medidas tomadas para combater a desertificação carecem de coerência e não existe uma visão harmonizada”.

No caso concreto de Portugal, segundo o comunicado enviado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), “Tribunal de Contas Europeu critica a falta de sustentabilidade dos projetos. Por exemplo, cita um caso em que”as autoridades decidiram, sem avaliar possíveis alternativas, que o cultivo de arroz era a única solução adequada numa zona com elevada salinidade – mas com pouca água”. Lê-se ainda que o Tribunal refere que o “Programa de Ação Nacional” de combate à desertificação, supostamente atualizado em 2014, “ainda não foi publicado, e mesmo os projetos nacionais que apresentam resultados positivos não são replicados ou minimamente integrados numa visão estratégica para combater esta grave ameaça”.

Este relatório reforça assim o que a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e outras organizações de ambiente têm vindo a dizer: “esta não é uma questão para a biodiversidade, é uma ameaça grave para o nosso futuro com implicações a todos os níveis: do desaparecimento de espécies e habitats à perda de solo, falta da água, e problemas de saúde pública”.

Para Joaquim Teodósio, coordenador do departamento Terrestre da SPEA, “é preciso procurar verdadeiras soluções para evitar que grande parte do nosso país se torne num deserto – soluções que passam por práticas verdadeiramente responsáveis e sustentáveis, não pela insistência em medidas de curto prazo e desajustadas como o regadio e a agricultura intensiva”.

Para a SPEA, Portugal tem de abandonar as monoculturas florestais e agrícolas intensivas. Tem de abandonar igualmente os regadios intensivos, que geram receitas milionárias para os investidores nos primeiros anos, mas não trazem emprego, nem qualidade de vida, e geram destruição e um passivo ambiental que será pago pelas gerações futuras. O nosso país tem de investir na floresta nativa, na agricultura diversificada, no pastoreio extensivo, nas variedades

de plantas e nas raças de gado nativas, e valorizar a biodiversidade e o carácter único da sua paisagem. Só assim será possível gerar emprego e rendimento económico no mundo rural nos anos próximos e no futuro.